
[Assine esta carta em solidariedade ao povo Mbyá Guaraní em Misiones, Argentina!](#)

Chamamos organizações, grupos e movimentos a assinarem esta carta em solidariedade à comunidade Mbyá Guaraní de Puente Quemado II, em Misiones, Argentina.

Há meses, as famílias enfrentam desmatamento, despejos, criminalização e ameaças por parte de forças de segurança, juízes e indivíduos a serviço da indústria madeireira. Isso se soma à luta que a comunidade trava há anos contra a multinacional Arauco, que invade e destrói territórios indígenas para estabelecer monoculturas de pinus e eucaliptos.

A carta será enviada aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da Província para **exigir que garantam às famílias Mbyá a segurança e o direito de permanecer em suas terras.**

O prazo para assinatura já expirou. [Baixe a carta de apoio aqui.](#)

Ao Governador da
Província de Misiones
SR. HUGO PASSALACQUA

Ao Presidente da
Câmara dos Representantes de Misiones
SR. SEBASTIÁN MACÍAS

À Presidenta do
Superior Tribunal de Justiça de Misiones
Dra. ROSANA PIA VENCHIARUTTI SARTORI

As organizações abaixo assinadas lhe escrevem para solicitar que tome urgentemente as medidas necessárias à **garantia da segurança da comunidade Mbyá Guaraní Puente Quemado II e seu direito de permanecer em seu território**, conforme estabelecido pela Lei Nacional nº 26.160, em Colonia Garuhape, Município de Garuhape, Departamento de Libertador General San Martín, Província de Misiones.

Solicitamos, também, **que sejam garantidos a segurança e o pleno exercício de suas funções à Equipe Misiones da Pastoral Aborígene (EMIPA)**, que acompanha a comunidade Puente Quemado II na justa reivindicação de seus direitos.

Essa comunidade vem sofrendo uma série preocupante de abusos. Em particular, **desde dezembro de 2025**, quando o Ministério da Ecologia e Recursos Naturais Renováveis ??da Província de Misiones **autorizou o empresário madeireiro Alfredo Ruff a desmatar os lotes 73, 74 e 75 sem o consentimento da Comunidade**, apesar de fazerem parte do território demarcado. Na época, [mais de cem organizações de 20 países solicitaram](#) ao Ministério que interrompesse imediatamente a

destruição da floresta, espaço vital e fonte de sustento da comunidade.

O desmatamento foi seguido, **em 5 de maio, pelo despejo das famílias** que viviam no lote 178, parcela 141, na área de Cañafístola, em favor do mesmo empresário. Essa área também faz parte do território demarcado, o que significa que **a comunidade foi expulsa de suas próprias terras**. Durante esse abuso, oito membros da comunidade foram detidos de forma totalmente injusta, incluindo o *mburuvicha* (cacique) Santiago Ramos. Mais uma vez, muitas organizações exigiram a libertação imediata dos detidos e a garantia dos direitos territoriais da Comunidade.

Como se isso não bastasse, **na terça-feira, 28 de julho, ocorreu outro despejo ilegal contra as famílias** que haviam retornado ao seu território, as quais, persistentes no exercício de seus direitos, retornaram ao local no domingo, 2 de agosto. Desde então, **elas têm sofrido ameaças graves, assédio e violência racista**.

Diante desses acontecimentos, consideramos urgente a adoção das medidas necessárias para garantir os direitos do Povo Indígena Mbyá Guaraní, consagrados na Constituição Nacional Argentina, nas leis nacionais e nos tratados internacionais.

Agradecendo a atenção e, aguardando uma resposta positiva à nossa solicitação, cumprimentamos atenciosamente,

(Organizações que assinam)